

Histórias roubadas: (des)encontros entre arqueólogos, sítios e coleções arqueológicas e os Laklãnõ Xokleng no Alto Vale do Itajaí, SC

Stollen histories: (des)encounters between archaeologists, archaeological sites and collections and the Laklãnõ Xokleng in the High Itajaí Valley, Santa Catarina

Juliana Salles Machado

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

julianasallesmachado@gmail.com

1

Resumo: Os museus são espaços de memórias ocidentais, que, como sabemos vem de uma trajetória colonialista de colecionar coisas e posteriormente classificá-las. De lá para cá a ideia de museu foi se transformando, buscando passar à limpo seu passado colonial através da ruptura com práticas e pensamentos que reproduziam a lógica colonial excludente, exotizante e subalternizante, passando a pauta da inclusão de diversos sujeitos e discursos ora silenciados e invisibilizados nas narrativas expográficas e museais. Neste artigo busco trazer um pouco do meu caminhar entre as gavetas do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral da UFSC, numa busca por encontrar os fios que pudessem colocá-las novamente numa rede de memória Laklãnõ Xokleng.

Palavras-chave: Laklãnõ Xokleng. Museus. Arqueologia Indígena. Coleções arqueológicas.

Abstract: Museums are spaces of western memories, which, as we know, come from a colonialist trajectory of collecting things and later classifying them. Since then, the idea of museum has been transformed, seeking to clean up its colonial past through the rupture with practices and thoughts that reproduced the exclusionary, exotic and subalternizing colonial logic, passing to an agenda of the inclusion of various peoples and speeches previously silenced and invisibilized in expographic and museum narratives. In this article I bring a piece of my walkings between the drawers of the Archeology and Ethnology Museum at the Federal University of Santa Catarina, in a search to find the threads that could put them back in a Laklãnõ Xokleng memory net.

Key-words: Laklãnõ Xokleng. Museums. Indigenous Archaeology. Archaeological Collections.

Recebido em 23 de abril de 2021

Aprovado em 30 de abril de 2021

Os museus são espaços ocidentais de memórias, que, como sabemos vem de uma trajetória colonialista de colecionar coisas e posteriormente classificá-las (LIMA, 2007; FERREIRA, 2013). De lá para cá a ideia de museu foi se transformando, buscando passar a limpo seu passado colonial através da ruptura com práticas e pensamentos que reproduziam a lógica colonial excludente, exotizante e subalternizante, passando à pauta da inclusão de diversos sujeitos e discursos ora silenciados e invisibilizados nas narrativas expográficas e museais (WICHERS, 2013/2014; BRUNO, 2013/2014; BEZERRA, 2003, 2013; CABRAL et al., 2018; LIMA e BARRETO, 2020).

No entanto, apesar de muitos ganhos, os museus continuam sendo formas de memória da epistemologia ocidental.

Existem milhões de toneladas de livros, arquivos, acervos, museus guardando uma chamada memória da humanidade. E que humanidade é essa que precisa depositar sua memória nos museus, nos caixotes? Ela não sabe sonhar mais. Então ela precisa guardar depressa as anotações dessa memória. Como estas duas memórias se juntam, ou não se juntam? É muito importante para nossos povos tradicionais que ainda guardam esta memória, herdeiros desta tradição, cada vez mais restrita no planeta, ilhados em algum cantinho do Pacífico, da Ásia, da África, aqui da América, num mundo cada vez mais mudado pelo homem [...]. Para estes pequeninos grupos humanos, nossas tribos, que ainda guardam esta herança de antiguidade, esta maneira de estar no mundo, é muito importante que essa humanidade que está cada vez mais ocidental, civilizada e tecnológica, lembre, ela também, dessa memória comum que os humanos têm da criação do mundo, e que consigam dar uma medida

para sua história, para sua história que está guardada, registrada nos livros, nos museus, nas datas, porque, se essa sociedade se reportar a uma memória, nós podemos ter alguma chance. Senão, nós vamos assistir à contagem regressiva dessa memória no planeta, até que só reste a história. E, entre a história e a memória, eu quero ficar com a memória. (KRENAK, 1994, p.204)

Krenak (2015[1994]) já observava que as gavetas, caixas de nossa racionalidade branca, encerravam as vivências, as experiências – elas desconectam, retiram as coisas de suas próprias vivências e experiências, ao passo que inibiam que as pessoas mantivessem seus imbricamentos com as coisas. Tais reflexões vêm sendo pensadas por várias pessoas e tem transformado diversas instituições (LIMA e BARRETO, 2020; CABRAL et al., 2018). Não obstante, ainda persistem as caixas e as gavetas e as coisas que elas buscam encerrar.

Ao trabalhar junto aos Laklãnõ Xokleng sobre o tema do território e memória em um projeto colaborativo iniciado ainda em 2012 (MACHADO, 2012, 2105, 2020), iniciei pessoalmente uma busca por estas gavetas como ponto de partida de uma pesquisa conjunta que tinha como um dos objetivos mapear lugares de memória, lugares dos antigos, enfim, lugares que significavam para este povo indígena.

Me deparei com caixas e gavetas repletas de coisas: pedras, cerâmicas e ossos. Cada uma em uma caixa. Também deparei com papéis, fotos, mapas, estes em outras gavetas. Os Laklãnõ, assim como eu, estavam curiosos para ver objetos associados ao seu passado que por tantos motivos sofridos deixaram de estar presentes em seu cotidiano. Mas as caixas e gavetas estavam em salas diversas, arquivos fisicamente tão distantes entre si

que era difícil saber quais eram suas relações. Com o tempo e as mudanças nas legislações, nas práticas dos museus, nas formas de conservação, os papéis e as coisas foram separados e seus vínculos cada vez tornaram-se menos evidentes até quase se perderem por completo. De onde vinham estes ossos? De onde vinham estas pontas de flecha? Pouco sabíamos, já que os documentos associados a eles no momento de sua coleta se perderam no tempo, na proliferação de códigos e números sem memória, sem afeto. Em suas reflexões sobre os acervos arqueológicos na Amazônia, Lima e Barreto (2020) apontam situações semelhantes:

Por questões de conservação e acondicionamento, peças pertencentes à mesma cultura, ao mesmo contexto (como as tampas das urnas ou seus conteúdos) se encontram tão dispersas e individualizadas na reserva que seu status de testemunho de um determinado contexto, formado por todo um conjunto de vestígios, acaba minimizado (p.49).

As autoras ressaltam ainda que “um aspecto importante que influi no silenciamento dos objetos dentro das reservas é o isolamento físico e a individualização de objetos, separados dos conjuntos maiores ou contextos dos quais eles fazem parte” (LIMA e BARRETO; p. 49). Já nos lembrava Krenak, só há esperança para as caixas e gavetas da História quando elas conseguirem ainda carregar em si, a memória, a memória vivida, a experiência, a vida.

Como em inúmeros museus, as mudanças nas legislações, as diferentes políticas de gestão de acervo, as distintas práticas de pesquisa, entre tantas outras mudanças que atingem os objetos sob a guarda de instituições museais, separam histórias, pessoas e coisas. As coisas são separadas para sua melhor conservação física, encaixotadas e engavetadas em lugares distintos. Esta separação é

fruto da preponderância de práticas institucionais que privilegiam a preservação física dos objetos, e não, o que foi chamado de sua preservação “informacional e social” por Cabral et al. (2018). Lima e Barreto (2020) ao tratar de uma nova política de ressignificação da coleção arqueológica do Museu Paraense Emílio Goeldi também se deparam com a importância das relações entre as coisas, exibindo assim nos “critérios de recontextualização e ressignificação dos objetos”, uma tentativa de “reunir na maior proximidade possível materiais oriundos de uma mesma região, de uma mesma cultura, coletados por um mesmo projeto de pesquisa, ou ainda doados por um mesmo colecionador” (p. 51).

Apesar de exemplos como os citados acima, os aspectos informacionais e sociais dos objetos ainda são secundários nas escolhas de acondicionamento dos acervos na grande maioria dos museus. Os efeitos destas escolhas institucionais são tanto de ordem informacional quanto social. No primeiro, apesar da “predominância de características depositórias e de uma institucionalização dos acervos [ser] voltada para os pares arqueológicos” (CABRAL et al., 2018, p. 258), também sua capacidade de garantir as conexões entre os objetos através de seus sistemas de documentação são falhos, e agravados com o tempo e as constantes mudanças em suas políticas de gestão documental. No segundo, agrava-se o que foi chamado de “descompasso entre as múltiplas perspectivas sobre o “arqueológico” (CABRAL et al., 2018). Isto é, não apenas retira-se os objetos do seu contexto de significação social, mas também ao separá-los, priva-se também as pessoas de seus nexos relacionais e, portanto, seu acesso simbólico é apenas parcial e restrito. Tais processos são críticos e me levam a fazer novamente a pergunta: para que tais vestígios foram coletados? Acredito que uma resposta aceitável para esta pergunta seria: para que sua materialidade possa nos servir de

índice, de gatilho da(s) memória(s), que ela possa garantir a presença do passado, das histórias, no presente e no futuro. Mas, além de “índices”, sabemos também, que as coisas têm um significado em si, a partir de sua agência - contudo é na *relação* entre as coisas, os lugares e as pessoas que este emaranhado de significados/agências se potencializa e que as narrativas mais profundas podem ser tecidas. Precisamos, portanto, saber das *relações entre as coisas* para poder *falar sobre as coisas*. Precisamos também nos perguntar *para quem* estes objetos retirados de seus contextos de significação podem servir de índice de memória.

Cabral et al. (2018, p. 247) já apontavam sobre a centralidade do lugar que o poder público tem na relação com o que é considerado “arqueológico”, primazia não tão distinta de toda história das políticas públicas relativas aos povos indígenas (OLIVEIRA, 2016). Nossa pergunta então se desloca para uma mesma esperança de Krenak (2015 [1999], p. 167), na qual expressa que sua “esperança é que o desenvolvimento das nossas relações ainda possa nos ajudar a ir criando formas de representação, formas de cooperação, formas de gerenciamento das relações entre nossas sociedades, onde essas instituições se tornem mais educadas; é uma questão de educação”. Me parece que voltar ao questionamento de *quando, como, porque e para quem* “as coisas” são coletadas/catalogadas/salvaguardadas longe de seus lugares de sentir/sentido é uma busca pelo tecer de “alianças afetivas” (KRENAK, 2015 [2013], p. 252), num anseio que vem sendo apresentado nos termos dos arqueólogos “brancos” como decoloniais, colaborativos, inclusivos, multivocais, plurais entre tantos outros (SILVA, 2012, 2015; MACHADO, 2013, 2017; LIMA e BARRETO, 2020 p. 53).

Enquanto o tempo passa e as coisas ficam cada vez mais engavetadas e encaixotadas suas relações/conexões vão ficando

cada vez mais distantes, até que deixam de ser lembradas. Assim encontramos nossas coleções arqueológicas, que numeradas foram arquivadas com a “certeza” de que sua codificação nos traria os sentidos necessários. Mas nossa incessante preocupação na classificação proliferou tantos números e códigos que o mesmo objeto hoje pode possuir inúmeros números, atribuídos por pessoas distintas, em tempos distintos e para propósitos distintos. Hoje, o labirinto de códigos parece um capítulo kafkiano. Não sabemos mais à que se referem estes códigos, quais códigos estão associados à quais outros códigos e assim não conseguimos mais recompor este quebra-cabeça que separou as pedras, os ossos, as cerâmicas e todos os papéis em que as pessoas contavam as suas histórias e as relações entre estas “coisas”. A numeração (ou numerações) nas peças tem ainda outro grave sentido, pois são intervenções físicas nos objetos, muitas irreversíveis, tornando-se assim, a materialização de uma apropriação científica que desconsidera a integridade simbólica e agentiva de quem as produziu e utilizou.

Neste artigo busco trazer um pouco do meu caminhar entre as gavetas do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), numa busca por encontrar os fios que pudessem reposicionar os objetos arqueológicos novamente numa rede de memória Laklãnõ Xokleng. Assim, se por um lado eu percorria conjuntamente os caminhos, as trilhas da terra laklãnõ, com suas pessoas, plantas e histórias numa complexa teia de compartilhamentos distintos; também eu percorria um caminhar mais solitário através das gavetas do museu, pois entre estas, os nexos nem sempre estavam abertos aos Laklãnõ, para quem, como nos chamava atenção Krenak, apenas quando existir um vínculo, apenas quando a vida puder ser ainda vista/ouvida/sentida, é que esta forma de História faz sentido. Assim minha caminhada solitária nos museus buscava

conectar tramas soltas, para que novamente elas pudessem ser sentidas e compartilhadas junto aos e pelos Laklãnõ.

Mas comecemos pelas histórias do começo.

Os Laklãnõ Xokleng, os sítios arqueológicos e a coleção de Walter Piazza e Ebledo Vale do Itajaí

O reconhecimento do repertório material Laklãnõ Xokleng em tempos pré-coloniais ainda é tema controverso, já que há uma dificuldade dos pesquisadores em reconhecer semelhanças/diferenças entre a materialidade produzidas pelo povo Kaingang e Laklãnõ Xokleng no período anterior ao contato – diferenças atualmente destacadas pelos povos contemporâneos. Segundo o modelo linguístico vigente, ambos os povos têm uma origem comum, tendo se diferenciado após seu processo migratório à região sul do país. Assim, se há uma tendência à materialidade indicar formas de identificação étnica-cultural, haveria uma expectativa de que em algum momento após a separação dos dois povos o seu repertório material apresentasse variações que pudessem os distinguir, conforme é observado atualmente por eles. Contudo, as pesquisas na região sul do país, tem identificado uma aparente semelhança tecnológica nos suportes cerâmicos encontrados em sítios arqueológicos distintos em termos de implantação e estrutura de sítio – indicadores diferenciais que poderiam indicar escolhas culturais distintas. Encontramos, contudo, aproximações de continuidade a partir de classificações mais amplas, sendo mais comumente utilizada uma nomenclatura genérica como “Jê do Sul” (NOELLI, 1999, 2000, 2004) ou “Jê Meridionais” (SCHMITZ et al., 2009), ou ainda, a denominação “proto-Jê-Meridional” (SILVA, 2008; CORTELLETI, 2012). Em comum entre estas denominações estão tanto algumas características tecnológicas compartilhadas da produção cerâmica (SILVA, 1999), alguns “tipos” de sítios

arqueológicos, ou como uma forma de classificar vestígios materiais não relacionados às ocupações Tupiguarani nos estados meridionais brasileiros. Estas nomenclaturas são associadas à família linguística Jê e contemplariam na região sul os atuais povos indígenas Kaingang e os Laklãnõ Xokleng.

Conforme discutido em artigos anteriores (MACHADO, 2012, 2015), minha aproximação com esta temática ocorreu através de minha atuação no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, a partir de uma demanda dos estudantes Laklãnõ Xokleng por uma pesquisa arqueológica em seu território, impulsionados por uma disciplina que haviam realizado no âmbito de seu curso. Também nestas publicações anteriores, apontei como o debate entre os acadêmicos indígenas levantou questionamentos acerca das categorizações mais amplas utilizadas pelos arqueólogos para se referir ao seu passado, assim como os incentivou a pensar sobre suas próprias diferenças/semelhanças com o povo Kaingang (vide trabalhos de TCC escritos por acadêmicos Laklãnõ sobre os Kaingang (PATE, 2020), assim como trabalhos de conclusão de curso que mapearam o repertório material Laklãnõ Xokleng e seu território (TSCHUCAMBANG, 2015; FONSECA, 2015; ALMEIDA, 2015).

Foi no âmbito desta reflexão conjunta que, numa tentativa de familiarização com o repertório material denominado “Jê do sul”, coleções arqueológicas que apresentassem indicadores potenciais de correlação com a população Laklãnõ Xokleng foram procuradas para compor parte do projeto colaborativo que estava sendo construído (para saber mais sobre o projeto ver MACHADO, 2012, 2017, 2020). Distinto das abordagens na comunidade, sempre realizadas em conjunto, no museu, iniciei uma busca mais solitária para o levantamento das coleções arqueológicas pertencentes ao Museu de Arqueologia e Etnologia (MARQUE) da Universidade

Federal de Santa Catarina, anteriormente denominado Museu Universitário ou ainda Museu de Antropologia desta mesma universidade federal. Como os vestígios arqueológicos em geral não são classificados por povo nos museus com coleções arqueológicas, minha busca foi realizada pela área de pesquisa, o Vale do Itajaí em Santa Catarina, e, mais especificamente, o Alto Vale do Itajaí – local onde atualmente está localizada a Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, parte do território tradicionalmente/historicamente ocupado por este povo. Para esta área de pesquisa foram localizadas duas coleções, uma que inclui o Vale como um todo, pesquisada por Walter Piazza (totalizando 18 sítios, a saber: sítios SC. VI. 01 até SC. VI. 18)¹ (ver TABELA 1 abaixo) e a outra, mais focada no Alto Vale do Itajaí, pesquisada por Alroino Baltazar Ele (totalizando 98 sítios arqueológicos, a saber: sítios de SC. VI. 19 até SC. VI. 117), este último, aluno de Piazza e posteriormente também professor de departamento de antropologia desta universidade.

O Vale do Itajaí é uma área extensa, composta por serras e vales, recobertas por floresta tropical úmida (Ombrófila Mista ou “Mata de Araucárias”) encravado entre o planalto catarinense e sua planície costeira. Esta região é reconhecida como um ponto importante dentro de um extenso território ocupado historicamente pelos Laklãnõ Xokleng, que abrangia desde o estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul (ver SANTOS, 1973; MACHADO, 2013, 2017; WITTMAN, 2007; PATE, 2020). A presença deste povo indígena no Vale, especificamente no Alto Vale, está documentada em inúmeros relatos etnohistóricos, que apontam para a importância desta área para as caminhadas e paradas Laklãnõ Xokleng, assim como é lá que estão registrados os momentos de maior embate com os “brancos”, sendo também área de concentração do refúgio deste povo nos momentos de maior

¹ - As siglas utilizadas, seguindo a prática pronapiana da época, seguiam uma classificação relacionada ao Estado – abreviação da região ou localidade - numeração sequencial.

violência. Também é nesta região que no início do século XX o SPI instala suas bases de “aproximação” e que os Laklãnõ escolhem “dar às mãos” com os Kaingang e com os brancos, à margem do rio Platê, após períodos de intenso sofrimento e genocídio praticados pelo governo, “bugreiros” e colônias de imigração sobre seu povo (PATE, 2020).

Segundo Eble (1973), a primeira coleta conhecida de materiais arqueológicos no Vale do Itajaí foi realizada na região do litoral por Fritz Muller e consistia em peças líticas coletadas em sambaquis, entre os quais machados bifaciais polidos e “batedores”. Estes vestígios pertenceriam à Biblioteca Pública de Blumenau, no entanto, não há publicações associadas e nem informações sobre sua proveniência exata. É apenas em 1965 que se iniciam pesquisas sistemáticas na região, com o trabalho de Walter Piazza. Durante suas pesquisas no grande Vale do Itajaí, Piazza identificou 19 sítios arqueológicos que foram “prospectados” (seguindo a metodologia adotada na época pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA) e dos quais houve coleta de vestígios que resultou nas diversas coleções arqueológicas atualmente pertencentes ao MARQUE.

A metodologia adotada por W. Piazza para prospecção destes sítios foi, além da informação oral, o caminhamento para localização de vestígios em superfície e intervenções de “showel-test” ou escavações pouco profundas com unidades amostrais de 1x1m como podemos identificar nos relatórios preliminares (PIAZZA, 1967) ou em artigos publicados, tais como, Piazza e Eble (1968), ou ainda nos manuscritos encontrados no acervo do MARQUE - UFSC, como seu diário de campo. Através desta documentação foi possível localizar os 19 sítios arqueológicos cadastrados pelo autor, conforme indicado em mapa reproduzido abaixo. É importante ressaltar, no entanto, que os mapas indicam

in little fenced village sand planted corn, beans and pumpkins", o que, segundo Eble, deveria ter ocorrido três séculos antes.

Em 1914, época do contato oficial entre os Laklãnõ Xokleng e os *brancos*, eles percorriam as áreas meridionais, desde Paranaguá até Porto Alegre, sendo descritos pelo autor como "nômades, caçadores e coletores" que "fixavam-se em acampamentos de duração máxima de uma semana". O autor se coloca questões sobre a migração e a relação entre agricultura/cerâmica e caçadores-coletores/ausência de cerâmica, além de questionar se seria o mesmo grupo ou mais de um grupo os responsáveis pelos vestígios materiais encontrados na região. Uma das hipóteses seria de mudança de estratégia sócio-econômica e consequente "perda" tecnológica do fazer cerâmico. O autor se pergunta se tais diferenças nos componentes materiais dos sítios não seriam correlatos de diferenças de adaptação sazonal. Sua principal hipótese está, portanto, relacionada à mudança cultural, como se deu e qual foi sua consequência para o repertório material deste grupo.

Utilizando-se de informações orais, Eble discorre sobre a memória Laklãnõ Xokleng acerca da produção cerâmica e da prática de agricultura. Tais informações acerca da memória Laklãnõ Xokleng levam o autor a se questionar se os sítios pré-cerâmicos encontrados não estariam então associados aos Laklãnõ Xokleng. Neste caso, qual seria então "a relação entre eles, seriam contemporâneos? Qual a orientação espacial/cultural desenvolvida pelos dois grupos?" (EBLE, 1973. p. 63-76). A região do Alto Vale do Itajaí está inserida no Vale do Itajaí-Açu, onde foram encontrados sítios não-tupiguarani na faixa litorânea em camadas superficiais dos sambaquis (EBLE, 1973. p. 63-76). Segundo o autor esta cerâmica seria "idêntica aquela encontrada em Ibirama e Vacas Gordas e Alto Vale do Itajaí" e ressalta que também foram encontrados sambaquis fluviais com moluscos de água doce no Alto Vale do Itajaí (sítio Nova Bremem).

O projeto de pesquisa de Eble realizado na UFSC consistia em uma dissertação de mestrado iniciada em 1972, que lhe rendeu 60 dias de trabalho de campo com mais de 100 sítios prospectados. O autor utilizava-se de um aporte teórico oriundo do determinismo ambiental de Meggers, da qual também seguiu a metodologia de análise dos vestígios – a seriação. No entanto, teve a influência de Binford ao pensar os sítios arqueológicos como produtos de um “sistema cultural total” e da busca da função dos sítios arqueológicos, além da orientação acadêmica de seu então professor Ulpiano Bezerra de Meneses.

O autor também se diferencia pelo uso de dados etnográficos e uma tentativa de abordagem interdisciplinar. No entanto, apesar do número expressivo de sítios identificados e prospectados, apenas 1 sítio foi analisado e seus dados publicados (EBLE, 1973). O projeto foi interrompido devido ao afastamento do autor das atividades acadêmicas e a totalidade da documentação primária de campo e possivelmente análises preliminares ficaram sob a guarda de familiares e jamais foram publicados ou doados ao Museu. A ausência desta documentação primária relegou aos vestígios arqueológicos coletados um “vazio” de informações básicas a partir dos quais poderiam ser analisados. Enquanto nas embalagens de coleta, temos o nome ou em muitos casos apenas o código de referência do sítio (não sabendo, portanto, nem o nome do sítio ao qual a sigla corresponderia), não há informações sobre a localização deste sítio além de sua inserção regional, sua forma de coleta ou qualquer outro dado relevante de sua proveniência. Alguns autores se debruçaram sobre a coleção (como LAVINA, 1994; FARIAS, 2005; SCHMITZ et. al., 2009), no entanto apesar de ser possível discorrer sobre os aspectos técnicos e formais dos artefatos, como por exemplo em Farias (2005), as interpretações possíveis, especialmente sobre sua relação com

padrões de assentamento e território, são limitadas pela ausência de informações de proveniência dos vestígios coletados, assim como sobre sua representatividade em termos de variabilidade artefactual – sabemos apenas que foram coletadas no Vale do Itajaí.

Na coleção coletada pela pesquisa de Eble, atualmente encontrada no acervo do MARQUE/UFSC foram identificados 102 sítios distintos, cujos materiais encontram-se distribuídos em apenas 58 caixas pequenas. A baixa quantidade de amostras em relação à quantidade de sítios, na ausência de informações básicas de coleta, reforça a forma de intervenção pronapiana feita nos sítios, predominando coletas superficiais amostrais e, em alguns casos, intervenções de 1x1m, que segundo dado de escavação oriundo do sítio rio Platê (única publicação resultante do levantamento), atingiu 40 cm de profundidade.

Dentre os sítios identificados pelo autor, podemos apontar quatro tipos de sítios: “sítios abertos entre os quais aparecem alguns com cerâmicas e outros sem cerâmica”; abrigos e grutas; estruturas/casas subterrâneas; sambaquis fluviais.

À época de sua pesquisa, não foi feita análise dos vestígios coletados, no entanto as características de implantação e uma observação geral preliminar da coleção levaram o autor a concluir que tais sítios representavam “ocupações sazonais da área em questão”, articulando-os assim como um *sistema de sítios*. A proposta de continuidade da pesquisa do autor previa a escavação intensiva de pelo menos um sítio “típico” de cada um dos quatro apresentados, infelizmente a pesquisa foi interrompida antes de atingir esta etapa.

Desde o início desta pesquisa (MACHADO, 2012, 2015), busquei fazer um levantamento das coleções arqueológicas, principalmente aquelas com vestígios cerâmicos da Coleção de Eble no MARQUE-UFSC. No entanto, a falta de dados sobre a forma

de coleta e a ausência de dados de proveniência me levaram a não dar continuidade a esta abordagem. Não obstante, no segundo semestre de 2015, ao buscar documentações primárias da pesquisa de Piazza que nos indicassem dados de proveniência e metodologia de coleta deste pesquisador, resolvi retomar as coleções de Eble, especialmente aquelas cujo nome do sítio poderia ser identificado à nomes de localidades no interior, ou entorno imediato, à Terra Indígena Laklãõ Xokleng.

Ao mesmo tempo, solicitei a uma especialista (BETARELLO, 2015), a análise dos vestígios líticos das coleções arqueológicas possivelmente atribuíveis à área de pesquisa, incluindo majoritariamente os sítios identificados por Piazza, cuja proveniência era melhor conhecida, mas também aqueles sítios cujos nomes eram potencialmente associáveis a localidades atualmente conhecidas na TI. Assim iniciava uma busca por aproximar estes objetos “órfãos” das prateleiras do museu a uma rede de memória indígena através dos nomes, das toponímias de lugares.

Tendo em vista o problema da ausência de documentação relativa ao acervo, o possível viés metodológico de sua coleta em campo e a sobreposição de formas de numeração e o distanciamento/desconexão do armazenamento da coleção já no ambiente museológico - nosso objetivo passou a ser o de articular/conectar as coleções arqueológicas, amostras de vestígios arqueológicos sem referência no acervo do Museu e documentações primárias que pudessem conjuntamente nos oferecer um contexto mais confiável para a proveniência da coleção a ser analisada, para depois trazer os dados para “referentes” da memória indígena, especificamente Laklãõ, do tempo presente. Com isto, comparamos dados como a quantidade de material coletado por sítio, indicativos materiais que pudessem nos aproximar dos padrões de coleta de vestígio utilizados à época da pesquisa, as distintas lógicas perdidas nas

formas sobrepostas de numeração dos vestígios e suas variações em relação às praticadas no museu nos períodos de coleta e guarda da coleção, além de possíveis referenciais espaciais e de memória que pudessem ser associados à nomeação dos sítios/siglas em documentos e relatórios.

Os mapas, croquis e documentos registrados por Piazza na década de 1960, que compõem um acervo documental salvaguardado no MARQUE/UFSC, poderiam trazer informações importantes sobre a localização dos sítios, a forma de coleta em campo e de maneira geral, os tipos de vestígios de cada sítio arqueológico cadastrado. A relação entre Piazza e Eble poderia nos ajudar a usar os dados existentes para as coleções de Piazza para deciframos os dados fragmentários da coleção de Eble. No entanto, apesar da riqueza aparente nos dados apontados, esta familiarização inicial com o “panorama arqueológico” potencialmente associado ao povo Laklãnõ Xokleng foi se tornando cada vez mais desafiadora e distante das aproximações que os acadêmicos indígenas buscavam. Primeiro porque as coleções arqueológicas diversas, compostas por ossos humanos, líticos lascados e polidos e vestígios cerâmicos, além de alguns outros objetos são identificadas ou pelo nome de um sítio, ou por sua sigla. Nada mais comum. No entanto, conforme fomos encontrando mais caixas de materiais arqueológicos, menos encontrávamos informações que pudessem nos indicar a que lugares “reais” estas nomenclaturas ou siglas de proveniência poderiam se referir. Isto é, sabíamos que se tratava de sítios no Vale do Itajaí pela sigla utilizada nas embalagens dos vestígios. No entanto, nada sabíamos sobre o sítio: onde estava localizado, que tipo de sítio era, como foi coletado, qual foi a amostragem utilizada. As caixas de coleta com a sigla VI (Vale do Itajaí) enchem prateleiras da reserva técnica do Museu e vem sendo cuidadosamente acondicionadas nesta instituição. No

entanto, pouco ou nada sabíamos sobre o que significavam estas coleções – a que podíamos associá-las? Entendendo a importância destes vestígios, retirados há tantos anos de seus contextos de significação, nossa busca pelas documentações do Museu eram uma tentativa de dar algum sentido àquelas tantas caixas e coisas até então pouco visibilizadas, guardadas há anos em prateleiras do Museu.

Muitas dúvidas e reflexões foram se acumulando neste caminhar. Sabemos que escavar/coletar vestígios arqueológicos de sítios é uma forma sistemática de destruição dos sítios arqueológicos, além de uma geração excessiva de acervos. Ao retirar estes objetos de seu contexto arqueológico, também destruimos as relações que tecem os sentidos daqueles objetos. Por isso o “contexto” é, desde pelo menos a década de 1960 (e no Brasil talvez da década 1980, mais fortemente), o foco dos registros de pesquisadores e tantos códigos são criados para manter documentadas as relações entre os objetos. Trata-se de uma busca por mapear com a maior precisão possível as articulações/relações entre as coisas e os lugares. Não obstante, não escapamos, é evidente, de uma lógica ocidental pautada em uma enorme abstração. Os objetos (com ou sem números e siglas) são efetivamente retirados dos locais onde por tanto tempo permaneceram. Os outros objetos que os “acompanhavam” não vão poder permanecer os “acompanhando”, mesmo que seu código indique alguma relação entre eles. O que podem parecer afirmações óbvias, podem implicar algo importante para este momento em que a ciência busca construir formas multivocais, decoloniais de existir sob uma cobrança de diálogo/impacto social cada vez mais latente. Códigos em si não dão conta de sustentar a memória. A retirada dos objetos continua sendo uma forma de roubo de fragmentos da história, já que sua não existência física

nos lugares e suas relações rompe com a fruição cotidiana da memória. Quem frequenta os museus que recebem as coleções indígenas de tantos lugares? Quantos indígenas vão aos museus para “ver” coisas retiradas de suas terras? Precisamos falar sobre isso.

A escavação museológica solitária que fiz evidenciou como nossas abstrações codificadas são falhas e não conseguem fazer o caminho de volta da memória, àquela que dá sentido à história e justifica nossa prática científica. Sigo neste artigo relatando o labirinto de caminhos percorridos numa busca por fazer este “caminho de volta” – dos objetos “roubados” da história indígena a uma memória, mesmo que descontínua, ambígua, mesmo assim uma que contenha sentidos fruíveis, vivenciáveis, que afetem as pessoas e os lugares do presente – enfim, que possam de fato fazer algum sentido às diversas gentes.

20

Caminho de volta: conectando as coisas/pessoas

Para inserir os objetos arqueológicos novamente nesta teia de significados, é preciso refletir sobre como esta materialidade afeta diferencialmente a população Laklãnõ hoje. Para tanto como partirei de 3 suportes distintos: os líticos, as cerâmicas e as paisagens. Os dois primeiros compõem em grande parte as coleções museológicas e é importante entendermos como eles são entendidos por este povo. Já o segundo, referência importante para os Laklãnõ em suas caminhadas e eixo fundamental de sua própria forma de identificação cultural, é também o que pode nos ajudar neste processo de recriação de significados das coleções arqueológicas. Assim, atribuindo um lugar (que aqui seriam os sítios arqueológicos) às coisas “esquecidas”, elas podem ser inseridas em outras redes de significação, associadas narrativas, memórias e redes de parentesco.

Iniciei meu caminho de volta, portanto, com os sítios arqueológicos dos quais foram coletados os objetos que compõem a coleção do MARQUE/UFSC para os quais encontrei alguma referência espacial – o que foi possível especialmente para a coleção arqueológica de Piazza. Dentre os 19 sítios cadastrados por este pesquisador e anteriormente mencionados, selecionei 9 para uma nova identificação em campo. São eles: Sítio Gruta da Paca, Sítio Gruta da Taipa do Rio, Sítio Rio Krauel, Sítio Gruta do Corredeiro, Sítio Sambaqui Fluvial Nova Bremem, Sítio Gruta Ribeirão Herta, Sítio Gruta Ribeirão Revolver, Sítio Alto Palmeiras e Sítio Platê. Além dos mapas, encontramos algumas informações sobre os sítios no diário de campo pessoal de Piazza, no acervo documental do Museu. Dentre estes, iniciei pelos sítios cuja localização deveria ser dentro da Terra Indígena (caso do Sítio Gruta da Paca, Sítio Gruta da Taipa do Rio e Sítio Rio Platê) ou nas imediações da TI. Utilizamos o mapa com as indicações de acesso aos sítios e o diário de campo do pesquisador para tentar identificar novamente os locais, já que as plotagens à época não eram georeferenciadas. Além de fazer seu cadastro e atualizar as informações sobre seu estado de conservação e uma avaliação sobre o seu potencial arqueológico atual para pesquisa, também buscava entender melhor a implantação na paisagem, as relações com outras formas de ocupar o espaço e assim começar a construir sentidos que nos pudessem ajudar a novamente atribuir significados àquelas coleções esquecidas.

Dentre estes 9 sítios, 6 eram sítios líticos (sendo 4 em grutas, destes 3 contavam com a presença de enterramentos humanos), 1 com suportes de polimento fixo, 1 sambaqui fluvial e 1 com a presença de vestígios cerâmicos. Se olharmos para a região do Alto Vale do Itajaí como um todo, a preponderância de sítios com vestígios líticos chama atenção, assim como a escassez de

sítios com vestígios cerâmicos, especialmente se pensarmos em vestígios potencialmente associados às populações Jê Meridionais.

Conforme refleti em artigo anterior (MACHADO, 2017), não há na memória Laklãnõ registro de produção de pontas de flecha líticas. Há, contudo, uma memória de seu uso. Há também uma grande apreciação das mesmas pela população atual, que a coleciona em suas casas (TSCHUCAMBANG, 2015) – prática também realizada pelos chamados “colonos” (descendentes de imigrantes europeus que ocupam a região do Vale do Itajaí). Já para a produção cerâmica, apesar da prática não ser comum entre o povo hoje, há uma memória de sua produção em tempos antigos (FONSECA, 2015), além de um reconhecimento de suas formas, ainda presente em cestarias e desenhos.

Além desta memória da materialidade, vemos um conhecimento profundo da paisagem da região pela população, que narra sua história a partir de lugares de memória (PRIPRÁ, 2021), cujas implantações podem nos levar a pensar nas escolhas feitas para a implantação dos sítios arqueológicos.

A partir das coleções e suas documentações, buscamos os sítios arqueológicos de onde foram retiradas. Nossa equipe de campo foi composta por pesquisadores indígenas e não indígenas. Como de praxe, os dados obtidos acerca de cada sítio foram organizados de acordo com uma ficha de sítio, elaborada através de uma parceria entre o IPHAN-SC e LEIA/UFSC (MACHADO, 2015) e junto à ficha foram anexadas cópias dos cadernos de campo original de Piazza e fotografias feitas pelos pesquisadores e que compõem o acervo de documentação do Museu.

Durante o levantamento dentro da Terra Indígena foi possível localizar o sítio arqueológico Gruta da Paca, cujos dados já haviam sido levantados pelas documentações anteriores (MACHADO, 2015). Este sítio é composto por uma gruta com maior extensão

e altura, e fendas menores em seu entorno, onde possivelmente foram encontrados os sepultamentos humanos envoltos em cascas de árvore e não enterrados (PIAZZA, 1967) e diários de campo não publicados. O acesso ao sítio foi difícil pela mudança na paisagem (zona de alagamento do rio Hercílio) e, ao nos depararmos com o sítio, constatamos que a gruta maior havia sido recoberta por lama em função das enchentes que assolam a Terra Indígena desde a criação da Barragem Norte, após a pesquisa de Piazza e Eble, na década de 1980.

Ainda dentro da TI havia o Sítio Gruta da Taipa do Rio, identificado anteriormente por Piazza, localizado atualmente na aldeia Toldo. A descrição deste pesquisador indica tratar-se de um abrigo/gruta localizado numa área de cânions, com potencial de habitação, mas na qual o pesquisador não encontrou vestígios arqueológicos. O local atualmente também foi comprometido já que sua implantação está em local vulnerável à enchente da barragem, sendo sazonalmente coberto por lama e, portanto, tendo seu substrato perturbado.

Já o terceiro sítio do interior da TI, o Sítio Rio Platê, é o único sítio cerâmico a céu aberto cadastrado no interior da TI por Piazza. Conseguimos um croqui da implantação deste sítio nos diários de campo e informações sobre a sua localização e uma publicação do autor (PIAZZA e EBLE 1968), além de informações orais atuais sobre sua possível localização. Trata-se de um sítio no topo de um morro, portanto, potencialmente preservado do alagamento da barragem, já que é mais recuado em relação ao rio do que os anteriores. Acompanhados por um pesquisador Laklãnõ (Marcondes Namblá – em memória) subimos a encosta conforme descrito no croqui, no entanto distinto da época da intervenção no sítio, hoje a área é recoberta por floresta, temos pouca visibilidade tanto do solo como dos referentes da paisagem como o “peiral”

(paredão rochoso) citado no documento. Identificamos manchas de carvão em um local onde acreditamos ser o sítio anteriormente cadastrado pelas referências de Piazza e Eble, no entanto, não foram encontrados vestígios arqueológicos no local. As cerâmicas arqueológicas, coletadas por Piazza e Eble estão atualmente sendo alvo de estudos por Gonzaga (2021) em sua pesquisa de Mestrado. Em sua pesquisa Gonzaga estabelece um diálogo com o trabalho do pesquisador Laklãnõ J. R. Fonseca (2015) que em seu Trabalho de Conclusão de curso tratou de registrar a memória do saber-fazer cerâmico entre seu povo. Curioso que alguns anos mais tarde (2021), durante o mestrado de uma pesquisadora indígena sobre locais de memória (PRIPRÁ, 2021), um ancião Laklãnõ menciona à pesquisadora sobre o nosso campo em busca do sítio Platê, contando como nos observava de longe, sabendo onde estava o sítio – já que ele próprio teria encontrado fragmentos cerâmicos no local, mas não quis mostrar. O ancião afirma à pesquisadora indígena que estávamos muito perto do sítio, mas fica a pergunta – por que não quis nos mostrar?

No entorno da TI, foi possível localizar um sítio de oficina lítica fixa ao norte (Sítio Alto Palmeiras), um sambaqui fluvial na confluência dos rios Hercílio e Krauel (Sítio Sambaqui Fluvial Nova Bremem), um abrigo sob rocha (Sítio Gruta do Ribeirão Revolver) e um sítio lítico a céu aberto (Sítio Rio Krauel).

O sítio Alto Palmeiras está inserido em uma área alta, entre as cotas mais altas do Vale do Itajaí, situado sobre um lajedo rochoso recoberto por um pequeno córrego, no qual encontramos um variado conjunto de depressões de formas distintas, produzidos por abrasão, picoteamento e polimento. O conjunto vem sendo estudado por A. Matarresse (2021 *no prelo*), que tem evidenciado o local como temporalmente persistente pela sobreposição dos conjuntos de depressão, além de nos indicar se tratar de conjuntos articulados de depressão indicando que eram utilizados por vários

grupos de pessoas ao mesmo tempo, sendo, portanto, um espaço de trabalho coletivo e recorrente.

O sítio rio Krauel está localizado na cidade de Presidente Getúlio, onde encontramos o antigo proprietário do local, filho do antigo informante de Piazza ainda em 1966. Ele ainda possuía uma ponta de flecha coletada no sítio que doou para nossa equipe e atualmente integra a coleção do MARQUE/UFSC. Este senhor nos indicou a localização do sítio, mesmo local onde foi construída a ponte da cidade em 1981 (portanto, após a identificação do sítio por Piazza). O local antigamente era conhecido como três portos. O sítio atualmente está localizado em uma área alta na margem do rio, recoberta por pastagem utilizada para o gado. Não encontramos nenhum vestígio arqueológico, mas o local apresentava baixa visibilidade e muita movimentação de terra, devido à construção da ponte ao lado e da casa.

Este sítio ficou registrado por Piazza como uma oficina de pontas-de-flecha pela enorme quantidade de pontas líticas encontradas no local. Estas foram coletadas na parte mais alta do sítio, onde atualmente há a casa e o estábulo. Havia um local mais alto, talvez um montículo, conforme descrito pela atual proprietária, que relata que na época de seu casamento, há aproximadamente 50 anos, “os índios” ainda desciam o rio de canoas, vindos do então chamado Posto Indígena Duque de Caxias, para vender palmito aos colonos e lá acampavam, faziam fogueiras, dormiam em círculo e depois iam embora. Segundo esta moradora, ficavam aproximadamente 3 dias em grupos de no máximo 5 indivíduos. Vendiam artesanatos, como arco, flecha, cestas, madeiras e palmito. A quantidade de pontas-de-flecha coletadas teria sido muito grande, tendo ainda, na década de 1980, um prefeito da cidade comprado pontas de flecha de sua família. Realizamos neste sítio uma escavação pontual, contando com a participação

de uma pesquisadora indígena (W. Coctá Priprá). Foram abertas algumas unidades de escavação de 1x1m no local, nas quais foram encontradas estruturas de combustão, mas poucos vestígios arqueológicos associados.

O próximo sítio que localizamos foi o de Nova Bremem, um sambaqui fluvial à margem do rio Hercílio, implantado em uma curva de rio, pouco depois da confluência com o rio dos índios (anteriormente registrado como Rio Krauel por Piazza em 1966). O sambaqui está atualmente localizado em um bairro chamado D'Albergia, localidade anteriormente chamada de Nova Bremem (o que viemos a descobrir pesquisando mapas antigos do local), o que deu origem ao nome dado ao Sambaqui. Neste bairro há uma rua chamada Sambaqui (nada mais prático para a localização do sítio!) e ao lado encontramos a casa do antigo proprietário do local, onde foi construído um grande muro de pedra voltado para o rio Hercílio. O sambaqui está localizado no quintal de uma casa e, antes da construção do muro e da rua, seguia até o rio à frente. Ao caminharmos no entorno da casa, encontramos conchas ao redor de todo o muro de pedra, assim como pudemos visualizar conchas em toda altura do muro e espalhadas dentro de seu terreno. Outro morador do local indicou que o muro de pedra, construído há 4 anos atrás, foi erguido em cima do sambaqui. Apesar do alto grau de impacto no sítio, foram realizadas duas abordagens no local. Uma primeira foi a coleta de superfície na área do quintal da casa, na qual foi possível coletar alguns poucos vestígios líticos que foram plotados, assim como um mapeamento prévio da dispersão das conchas e uma sequência de tradagens de sub-superfície; já em um segundo momento, foram realizadas coletas de testemunhos para análises do processo de formação do sambaqui, no âmbito de uma tese de doutorado (OPITZ, 2021).

Além dos sítios localizados previamente identificados por Piazza, durante esta etapa de campo identificamos mais três sítios arqueológicos, são eles: Sítio Ribeirão Revolver 2 (SC-VI-119), Sítio Ribeirão Revolver 3 (SC-VI-120) e Sítio Alto Palmeiras 2 (SC-VI-21). Todos a céu aberto, sendo que os dois primeiros são sítios líticos, nos quais foram encontradas pontas-de-flecha pelos moradores (estas não foram coletadas nesta etapa de campo). Nesta pesquisa foi realizado apenas um caminhar de superfície nestes sítios, que atualmente estão parcialmente recobertos por mata secundária (SC-VI-19) ou impactados superficialmente pelo plantio de pequenas roças (SC-VI-20). Já o sítio Alto Palmeiras 2, está implantado em um topo de morro bastante elevado, trata-se de um lajedo horizontal no qual corre um riacho e há indícios de bacias de polimento e afiadores fixos. O sítio está localizado próximo ao sítio previamente identificado por Piazza, o Sítio Alto Palmeiras 1.

O sítio Ribeirão Revolver 2 foi identificado através da informação oral de morador de 70 anos do bairro Revólver. Este morador indicou ter encontrado pontas-de-flecha e mão-de-pilão em sua roça no topo do morro em frente a sua casa. Ele nos mostrou os artefatos que ele ainda guardava, que fotografamos, mas o proprietário não quis fazer a sua doação. Ele nos mostrou os artefatos que ficavam emoldurados pendurados na parede se sala. O proprietário nos levou até o local onde os artefatos foram coletados, atualmente uma área coberta por capoeira.

O sítio Ribeirão Revolver 3 foi identificado quando iniciamos nossa busca pelo sítio Gruta do Ribeirão Revolver. Foi indicado por um morador no interior do Ribeirão Revolver, cuja casa fica à margem desse ribeirão. Este morador não conhecia nenhuma gruta na região, mas indicou que no fundo de seu terreno, área no topo de uma serra coberta com mata nativa, ele e sua família

havam encontrado diversas pontas-de-flecha em uma área onde antes eles plantavam fumo. Eles deixaram de plantar no local há mais de 20 anos e a mata secundária já se encontra bastante densa. As pontas foram encontradas no período de construção do lago e da estrada de acesso, quando o revolvimento do subsolo foi intenso. O proprietário doou duas lascas para o Museu, que foram coletadas no local. No mesmo local de coleta encontramos uma amostra de matéria prima.

Após estes campos, um tanto quanto frustrantes, no retorno ao museu encontrei mais um documento que nos auxilia neste “caminho de volta” aos sítios e ao contexto de procedência de 88 sítios arqueológicos alvo de prospecções e coletas na década de 1960-1970. Trata-se da cópia em preto e branco de um mapa da região do Alto Vale do Itajaí com a localização de 88 sítios arqueológicos identificados até 1971 (Fig. 2). O documento estava arquivado como parte da coleção Piazza, no entanto, ao analisá-lo com mais calma, percebi que em 1971 quem estava trabalhando na região era Alroino Eble; ademais o levantamento feito por Piazza continha apenas 19 sítios, incluindo aqueles localizados no baixo Vale do Itajaí. Não havia outras pesquisas arqueológicas na região na mesma época, portanto os sítios plotados só podem corresponder àqueles identificados por Eble posteriormente à pesquisa de Piazza. A partir desta hipótese iniciei, juntamente com outros pesquisadores que atuam na região, um trabalho de cruzamento de dados, na tentativa de georeferenciar este antigo mapa em busca de uma localização aproximada dos sítios. Isto foi feito através da sobreposição de mapas, apesar das distorções na plotagem à mão e na cópia impressa, na tentativa de gerar uma hipótese aproximada de localização dos sítios levantados pelo pesquisador (Fig. 3). Com esta “hipótese” de implantação em mãos podemos novamente retornar à comparação dos nomes dos sítios

com os nomes antigos das localidades (já que o mapa também não contém indicações de nomes dos sítios), utilizando para isto mapas e atlas da época. Após a produção deste novo mapa temos feito diversas idas a campo, na tentativa de localizar novamente os sítios outrora identificados por Eble e, em colaboração com pesquisadores indígenas, georeferenciá-los com maior precisão e finalmente cadastrá-los, além de conseguir relacioná-los com sua implantação na paisagem e atual estado de preservação. Atribuir um nome aos pontos no mapa quer dizer também vincular os objetos coletados no museu a lugares na paisagem, a lugares que tem memórias coletivas e pessoais, atribuindo “procedência”/ significado à centenas de caixas de materiais arqueológicos, líticos e cerâmicos coletados, armazenados no acervo arqueológico do MARQUE/UFSC que até então careciam de informações contextuais mínimas para que sua análise fosse significativa em termos da discussão arqueológica mais ampla. Com tais dados as coleções podem ser analisadas e seus dados incorporados na compreensão de uma visão mais aprofundada do passado pré-colonial do Vale do Itajaí.

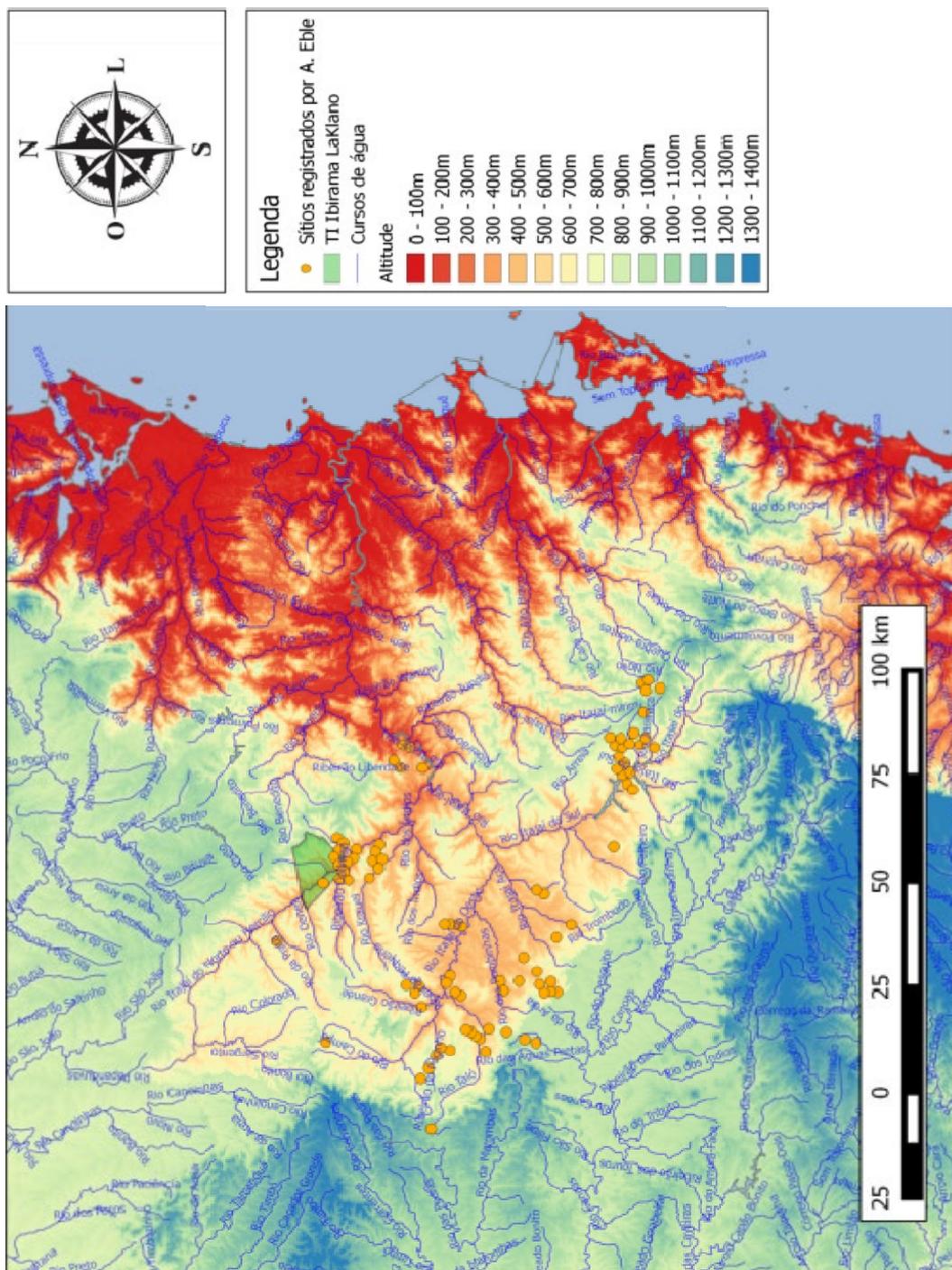


Figura 3: Mapa georreferenciado com aproximação da localização de sítios arqueológicos na região do Alto Vale do Itajaí identificados até 1972 por A. Eble e localização da TI Laktlãnõ. Mapa: Lucas Bond Reis.

Organizamos em colaboração com pesquisadores indígenas um campo após esta tentativa de georreferenciamento, com o objetivo de pensar a mobilidade das matérias primas ao longo

do rio e sua relação com os sítios arqueológicos. Neste processo encontramos um sítio arqueológico que denominamos Barra D'Anta, de acordo com o nome do córrego à margem do qual o sítio estava situado. Este sítio não se encontrava na listagem de sítios inicialmente e foi localizado. Neste mapeamento, encontramos "casalheiras" nos rios no entorno da TI e em uma delas, identificamos um sítio lítico em superfície e sub-superfície (exposta em decorrência da área ter sido recém-arada) de grande extensão e quantidade de vestígios líticos, incluindo pontas de flecha. Fizemos coletas sistemáticas de superfície com plotagem das peças por quadrantes. O sítio estava na margem esquerda do rio Hercílio, com implantação semelhante, portanto, ao do rio Krauel. No entanto sua implantação estava associada a foz de um córrego chamado Barra D'Anta, onde se acumulavam blocos rochosos que poderiam servir para coleta de matéria-prima. Este sítio está localizado próximo à Terra Indígena e ao buscar novamente as documentações do Museu com relação à coleção de Eble, achamos um sítio com nome semelhante nas caixas, que poderia indicar tratar-se do mesmo sítio.

A partir desta "escavação museológica" foi possível atribuir procedência a um grande número de pontas de flecha que estavam sem referência e associá-las à uma coleção arqueológica específica, assim como, em alguns casos, à documentações primárias. Também foi possível perceber um padrão de coleta nas coleções, enquanto as coleções formadas por Piazza eram orientadas para uma coleta seletiva (fósseis-guia), na qual foram priorizados artefatos prontos, como mão-de-pilão e pontas-de-flecha, as coletas realizadas por Eble indicam uma coleta total dos vestígios encontrados, já que em suas coleções é possível encontrar uma variabilidade maior de vestígios, desde lascas de tamanhos e formas variadas, até artefatos.

Uma análise comparativa entre os sítios líticos indicou pelo menos três tipos de sítios: sítios exclusivamente líticos com uma tecnologia de lascamento bifacial, encontrados em sítios como Coqueiros, Platê III, Barra D'Anta e Itaiópolis; sítios líticos associados a uma tecnologia de polimento, como o Platê II I(SC-VI-89) com ou sem a associação de vestígios cerâmicos, e sítios posteriores ao contato com os *brancos*, no qual a tecnologia lítica polida está associada a metais e “louças históricas”, como o sítio Platê (SC-VI-114). A partir dos três sítios acima mencionados com tecnologia de lascamento bifacial, além das pontas-de-flecha, há em pelo menos dois deles (Coqueiro e Platê) pontas lanceolados com uma tecnologia de produção semelhantes ao que vem sendo recentemente encontrados no oeste do estado Catarinense, associado a sítios mais antigos. No entanto, há outros sítios nos quais a tecnologia bifacial está associada também com vestígios líticos polidos, como é o caso do sítio do Rio Krauel, onde foi encontrado também um número grande de pontas-de-flecha. As coleções líticas da região foram posteriormente analisadas por Almeida em sua tese de Doutorado (ALMEIDA, 2020; REIS et al., 2018).

Além de uma diferença na variabilidade tecnológica, foi possível observar certo padrão de assentamento nesta região, com base nos dados dos sítios do Piazza, nosso levantamento em campo e a comparação com dados de outros pesquisadores que vêm trabalhando na região do Vale do Itajaí (FARIAS, 2005; SCHMITZ et al., 2009; REIS, 2015; ALMEIDA, 2015). De maneira geral, encontramos nesta região as seguintes implantações: sítios líticos em topo de morros – em muitos casos, associados às chamadas “manchas pretas” (cuja associação a um processo de formação antropogênica de solo ainda não foi estudado) – onde são encontradas em grande número as pontas de flecha; sítios em abrigo com enterramentos superficiais, nos quais não há

vestígios líticos ou cerâmicos associados, ou são escassos; sítios lito-cerâmicos e cerâmicos em topos de morro e, principalmente, médias-vertentes – implantação semelhante aos locais onde são encontradas as estruturas subterrâneas no Vale, como no pequeno conjunto localizado no município de Ibirama, no limite da TI e em Alfredo Wagner, na porção sul do Alto Vale do Itajaí; e sítios indígenas do período do contato associados à planícies fluviais, além de locais de acampamento em pontos altos.

Há que se mencionar que há uma preferência pela implantação dos sítios exclusivamente líticos em topos de morros mais elevados, mais próximos dos locais com paredões rochosos, enquanto os morros com sítios lito-cerâmicos e cerâmicos estariam localizados em uma cota de altitude mais baixa. No entanto, tais indicadores ainda precisam ser testados e comprovados com um aumento do número de sítios e formas de implantação na região. Duas exceções importantes são o sítio Rio Krauel, que apesar de manter a associação entre a “mancha preta” e a presença em grande quantidade de pontas de flecha, tem sua localização às margens do rio Krauel em um barranco elevado na beira deste curso de água. Implantação semelhante ao sítio Barra D’Anta, este às margens do rio Hercílio e do córrego Barra D’Anta. O sítio Krauel é particularmente interessante, pois além de possuir um repertório grande de pontas-de-flecha de formas variadas (como o Barra D’Anta), apresenta duas datações relativamente recentes para sítios exclusivamente líticos, entre os anos 1300 e 1600 AD. Outro fator que chama atenção é o uso recorrente por populações Laklãnõ Xokleng até o século XX, mesmo estando fora da TI, como local de cerimônias, base de acampamento e troca e venda de produtos. Há que se aprofundar mais sobre análise destes dados, no entanto, é possível tratar-se de um lugar persistente (SCHLANGER, 1992; MACHADO, 2009), isto é, que é recorrentemente ocupado

por populações indígenas de forma contínua ou não. Cabe-nos a reflexão sobre a relação estabelecida pelos Laklãnõ Xokleng com o local e com os vestígios líticos nele encontrados, tendo em vista a memória presente entre este povo de seu uso de pontas-de-flecha no período anterior ao contato no século XIX, mas a ausência desta memória no que se refere a sua produção (MACHADO, 2016).

Fios de Memória

Por que voltar aos sítios? Não seria mais fácil iniciar de novo, fazendo novos levantamentos arqueológicos na região? As escolhas metodológicas do projeto foram se dando em instâncias e tempos distintos. Enquanto um projeto colaborativo ele foi permeado por anseios distintos: por um lado acadêmicos indígenas buscavam mapear os sítios arqueológicos e lugares significativos (ZEDEÑO e BOWSER, 2009) de sua terra, colocando-os no mapa; por outro, os mais velhos e artesãos e artesãs da comunidade queriam ver contadas as histórias do contato – de quando e de onde os Laklãnõ saíram do “tempo do mato” e apertaram a mão de Eduardo Hoerhann²; e outro ainda, era o meu anseio em pensar as relações possíveis entre o “conhecimento arqueológico” produzido por arqueólogos não indígenas e as formas Laklãnõ de pensar/lembrar/referenciar/experienciar o seu passado.

Para dar conta de anseios tão diversos, trabalhamos por caminhos distintos, usamos recursos audiovisuais para voltar ao tema do “contato” e lidar com as memórias presentes dos (des)encontros do século XX (<https://youtu.be/VCM5yu56Gzk>); registramos narrativas de lugares significativos da memória Laklãnõ e produzimos um mapa com os locais (parte dos resultados foi publicado no artigo de MACHADO, 2017) e também fazem parte

2 - O aperto de mão com o Eduardo é uma perspectiva importante da narrativa Laklãnõ sobre o contato com o SPI e demonstra não apenas a importância do gesto e do corpo nas formas de se relacionar, como que enquanto a narrativa histórica oficial caracteriza o encontro como a “pacificação” dos indígenas feita pelos “brancos”- a narrativa Laklãnõ mostra que o encontro foi um acordo de dois lados, fruto de vontades distintas, mas selados mutuamente.

de um trabalho de conclusão de curso de um acadêmico indígena (TSCHUMBANG, 2015), assim como são alvo de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre os locais de acampamento e lugares de memória na TI Laklãnõ Ibirama (PRIPRÁ, 2021). No entanto, para mim, retomar e significar as coleções arqueológicas sob a guarda do MARQUE era uma questão crucial pois, cabia a mim evidenciar a “práxis” arqueológica utilizada para atribuir as categorizações de seu passado; contudo, foi justamente no processo desta evidenciação que eu mesma me deparei com as incongruências desta prática – como construir uma pesquisa arqueológica conjunta, se as “coisas” arqueológicas que foram retiradas de seu território haviam sido esvaziadas de seus sentidos? Da mesma maneira que os Laklãnõ nos contam sobre seu passado através das narrativas históricas, através das plantas, das músicas, dos lugares, nós precisamos contar a eles *como* contamos a nossa forma de história. Precisamos explicitar *porque* tiramos as coisas dos lugares e como remontamos a história de outros a partir de fragmentos da materialidade. Mas o caso das coleções arqueológicas potencialmente relacionadas ao passado Laklãnõ nos mostrou o quanto este caminho é por vezes traiçoeiro. Pois este remontar conta muito sobre nós, os “brancos”, sobre como acreditamos nos nossos códigos e registros e como falhamos tantas vezes em perceber suas abstrações demasiadas. Insistir na busca de volta, foi uma tentativa de mostrar que é possível vincular estes objetos retirados de seus lugares de volta a uma gama de relações significativas. No entanto, como espero ter conseguido demonstrar nas tantas e frustrantes tentativas de volta, o caminho de volta nunca se efetiva por completo, ele é fugidio, tangencial.

Os objetos retirados de seus lugares não são mais conhecidos pelos Laklãnõ (se algum dia foram), não fazem mais parte de lugares de caminhada deste povo. Não estão também nas vitrines

dos museus na cidade, encerrados nas coleções “sem proveniência” que descansam nas inúmeras prateleiras. Mesmo com abordagens inclusivas e interativas, os museus, em sua maioria, não fazem parte de redes de memória de muitas pessoas, por motivos diversos. Primeiro, porque em geral são instituições em cidades, além de todas as já tão faladas formas de distanciamento que a ideia de “exposição” cria entre os objetos e as pessoas que os veem/escutam/sentem. Mas aqui não vou falar tanto sobre estes aspectos já tão abordados no âmbito da museologia, mas queria lembrar o distanciamento físico dos objetos de seus lugares de origem. Lugares onde as redes de significado são vivas e costuram o cotidiano, mesmo que os objetos à que nos referimos sejam de períodos tão recuados historicamente que não tenham um vínculo direto com as populações do presente. Eles são re-inseridos nestes contextos de significação. Mencionei em trabalhos anteriores (MACHADO, 2017) como artefatos líticos são colecionados por diversas pessoas indígenas e não indígenas na região do Alto Vale do Itajaí em Santa Catarina, e como há na memória Laklãnõ o registro de seu uso em tempos antigos, apesar de não haver registro de sua “produção” neste mesmo período, o que pode nos indicar formas de apropriação e ressignificação destes objetos, assim como dos locais nos quais eles teriam sido coletados. Também vimos no trabalho de Copacam Tschucambang (2015 e MACHADO et al., 2020) que artefatos líticos como mãos-de-pilão e machados eram passados de geração em geração e que ficavam “guardados” nos locais de seu uso para quando fossem necessários nas voltas que se davam pelo território. Ambos os exemplos nos mostram as dinâmicas distintas de relação que se criam com os lugares, os objetos e as pessoas – dinâmicas interrompidas com a retirada de objetos de seus contextos de origem. Tais retiradas rompem com as relações estabelecidas entre o presente e o passado.

Silva (2008), entre os Assurini, já contava como os fragmentos de cerâmica no chão da aldeia eram mantidos como referenciais de formas e decorações para as ceramistas lembrarem “como fazer”. Isnardis (2009), em um contexto muito distinto, nos mostra como as interações entre “estilos de pinturas rupestres” interagem entre si, nos indicando a importância de referenciais visuais e materiais anteriores para práticas da pintura, assim como Bueno (2005), marca a importância de sítios arqueológicos como fontes de matéria prima para ocupações posteriores.



Figura 4. Antiga sede do Posto Indígena Duque de Caxias e casa de Eduardo Hoerhann, funcionário do SPI.
Fotografia: Juliana Salles Machado.

A fala insistente dos mais velhos Laklãnõ sobre a importância da permanência dos objetos arqueológicos dentro da terra indígena é marcante ao longo de todos estes anos de convivência. Escavar nunca pareceu uma questão em si para os Laklãnõ, que inclusive indicaram quais locais achariam melhor realizar a primeira escavação: curiosamente, o local escolhido foi a casa do funcionário do SPI, Eduardo Hoerhann, local chamado por vezes de “sede”, no antigo Posto Indígena Duque de Caixas. Irônico que

a escolha dos Laklãnõ para o local de escavação seja a casa de um “branco”, responsável por tanta violência no início do século XX e não seus locais de memória dos “tempos do mato”. Nada mais apropriado uma metodologia de branco para uma casa de branco. Chegamos a fazer uma pequena intervenção ao lado da casa em uma atividade pedagógica, no entanto a lama decorrente da enchente anual da barragem apresenta uma grande dificuldade, já que há mais de 1 metro de acúmulo de sedimento além da movimentação dos vestígios na dinâmica da enchente/seca anual da barragem. Optamos por não escavar e, conforme nosso caminho de volta aos sítios iam ficando mais tortuosos e os sentidos destes métodos científicos mais abstratos, acabamos por não escavar nenhum sítio arqueológico dentro da terra indígena durante a vigência do projeto. Mas o que estava em jogo nesta escolha? Mais recentemente uma pesquisadora indígena sugeriu escavar um cemitério do último *Kujá*, possibilidade que havia sido levantada no início da pesquisa e refutada por muitos deles. Passados quase 10 anos e vindo de uma pesquisadora indígena, a opinião é outra. O dilema agora não é mais o escavar em si, mas o que vão fazer com as coisas que encontrarem? Para onde vão? Levar lá para o Museu, “que eu nem sei onde fica”? “Como eu vou para lá”? “Como eu vou mostrar/ensinar para os jovens”? - Indagações presentes na fala de S. Edú, ancião Laklãnõ entrevistado por Priprá em sua dissertação (PRIPRÁ, 2021).

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, as políticas de gestão de acervo do IPHAN buscaram valorizar a permanência das coleções arqueológicas próximas aos lugares de sua coleta, fomentando diversos museus regionais e iniciando um (longo) processo de diálogo com as comunidades locais. Esta política possibilitou que os objetos permanecessem mais “próximos” das pessoas, em lugares conhecidos, apesar de não “resolver”

tantos outros problemas, como do significado de retirar as peças, classificá-las isoladamente etc. Neste momento, alguns museus indígenas foram criados e iniciativas de “pontos de memória” e “pontos de cultura” proliferaram, trazendo um impulso de diálogo intercultural acerca do passado, dos objetos e das produções distintas de narrativas sobre eles. A mais recente instrução normativa do IPHAN, portaria nº 196, de 18 de maio de 2016, vem novamente solapar esta já tênue relação – imputando novamente uma lógica preservacionista, agora baseada em uma conservação da integridade física dos objetos em detrimento de sua fruição, usufruto, afeto e sentido às populações e comunidades que com ela convivem cotidianamente e a partir dela constroem e reconstróem significados do passado e do presente (ver também CABRAL et al., 2018). O efeito a médio prazo desta nova legislação é que a ainda tímida regionalização dos museus, e mais tímida ainda iniciativa dos museus comunitários e indígenas vai ser perversamente impactada, já que as normas de “acondicionamento” dos objetos só são encontradas em centros urbanos com grande recurso financeiro, portanto muito distante das realidades locais e, principalmente das lógicas de sentido geradas a partir destas instituições. Não estaríamos atrás das bandeiras da conservação e da preservação novamente reforçando o distanciamento das pessoas com as coisas, da pessoa com suas memórias, das pessoas com sua história? Mais uma vez o passado dos outros é roubado.

Atualmente estamos vivendo um processo global de devolução de objetos e coleções de grandes museus europeus e norte-americanos aos países de origem de suas peças, como fruto de um reconhecimento de que sua presença nestes locais era fruto de “saques”, de roubos justificados pela lógica colonial. Aplaudimos as iniciativas de “caminhos de volta” dos objetos, que retornam à África, à Austrália, ao Brasil. No entanto, pouco

pensamos sobre como esta noção de “lugar de origem” ainda se ilude nos descaminhos da colonialidade. Serão estes museus de fato representativos destes “locais de origem”, ou mais um espelho de nossa “comunidade imaginada” que persiste em silenciar sujeitos, principalmente indígenas, suas histórias e formas de vida?

Meus próprios “caminhos de volta” me fizeram questionar este lugar ambíguo de pesquisadora-colaboradora evidenciando as dificuldades no diálogo intercultural sobre o passado e suas materialidades e representações narrativas. Neste lugar de pesquisadora não indígena, meu esforço foi o de conectar os ossos/pedras/cerâmicas silenciados nas prateleiras do museu com os lugares, numa busca em achar os sítios arqueológicos de onde foram retirados, registrar sua localização e assim buscar formas destas “coisas” poderem novamente serem formas de conhecer e assim, quiçá novamente, ativar memórias, histórias e afetos sobre elas, por nós e pelos povos indígenas. Mas neste percurso o que ficou latente foram os diversos processos e estratégias de silenciamento que persistem e que precisam ainda ser explicitados, como o alagamento da barragem norte dentro da Terra Indígena Laklãnõ. Sua construção vem sendo alvo de inúmeras críticas pelos Laklãnõ há anos, afetando o presente da população em questões básicas, tirando-o de suas casas de suas práticas de alimentação e aprendizagem junto ao rio, mas sua construção, como tantas obras que vem sendo construídas impactando as terras indígenas, também apagou lugares de memória, sítios arqueológicos que hoje tornaram-se inacessíveis tanto para os Laklãnõ como para os pesquisadores não indígenas.

Também é latente a desconfiança e não aceitação da presença dos pesquisadores indígenas em diversos lugares e etapas da pesquisa, desde entre os moradores de comunidades vizinhas às terras indígenas até nas instituições públicas, como museus e

acervos. Tal desconfiança exhibe o medo ainda presente entre os sujeitos que ocupam esta região de uma história regional associada a um passado indígena, um medo do outro, como já dizia Mbembe (2018) sobre a relação dos brancos com os negros. O medo aqui carrega uma memória resultante do conflito entre a ocupação dos imigrantes alemães, italianos e poloneses e os indígenas, os Laklãnõ Xokleng, memória calcada em um não reconhecimento ou aceitação de uma convivência respeitosa com a diferença.



Figura 5. Sábios Laklãnõ Xokleng na reserva técnica do MARQUE/UFSC, visita promovida pela Primavera dos Museus, 2016.

Fotografia: Juliana Salles Machado

Marcada ficou também neste caminho de volta a presença constante das narrativas indígenas sobre os pesquisadores não-indígenas e a importância deste olhar/escuta para uma construção intercultural. Termino aqui com uma última reflexão sobre a presença dos sábios Laklãnõ no museu. Pensando neste distanciamento das coleções com os Laklãnõ, ocorreram alguns encontros entre sábios indígenas e as peças arqueológicas e

etnográficas do MARQUE/UFSC, um dentro do projeto e outro proporcionado pelo próprio museu. Os eventos ocorreram em momentos separados, em ambos um grupo de sábios e alguns jovens vieram da TI para Florianópolis onde tiveram acesso aos laboratórios de análise de arqueologia, reserva técnica de materiais etnográficos e a exposição. Em ambas as situações foi registrada a alegria de todos em ver as peças antigas, identificar as formas de seu saber fazer, as matérias-primas e materiais. Brotaram nomes e associações de pertencimento a parentes e conhecidos – formas que, como vimos em Tschucambang (2015), inserem os objetos nas formas próprias de conhecimento indígena. No entanto, também os desencontros ficaram evidentes: os medos dos profissionais do museu com o toque e o manuseio das peças, com a circulação e presença das pessoas em lugares de controle (umidade, temperatura, manuseio). O medo ficou ainda mais presente quando muitos sábios demonstraram o ímpeto de “consertar” e “terminar” as coisas quebradas e inacabadas que percebiam existir na coleção. Rapidamente a presença destes objetos no campo das relações dos indígenas foi reconhecido e significado, atribuíram-lhes sentidos e relações de parentesco e queriam inseri-los novamente à vida, “consertando” e “terminando” os objetos, projetando parte de si mesmos neles, costurando-se assim eles próprios neste presente-passado materializado nestes objetos. Um dos momentos marcantes foi quando um dos sábios, dentro da reserva técnica de objetos etnográficos sensíveis (como madeira e cestaria), se direcionou para uma flecha que estava no meio de diversas outras. Todas possuem mais ou menos a mesma forma, conhecida pelos pesquisadores como tipicamente associadas aos Laklãnõ, exceto aquela selecionada pelo sábio, que sempre foi um “enigma”, à qual algumas vezes foi atribuída à alguma “troca” com outro povo. Rapidamente, para o desespero

de alguns profissionais, o senhor fez um gesto sutil e retirou uma membrana que ficava na ponta da flecha revelando uma ponta totalmente diferente embaixo, esta semelhante às demais da coleção. Tratava-se de uma “capa protetora” da ponta de flecha, que ocultava e protegia a forma abaixo.

O que é este “consertar” e “terminar” ou reconhecer/atribuir relações de parentesco a objetos há tanto silenciados? Trata-se de trazer os objetos “roubados” da memória à vida Laklãnõ novamente, permitir que sua História seja novamente afetada, seja novamente ela também preenchida pela memória, que faça parte de suas próprias experiências, que sejam estes objetos do passado, também atualizações de sua vida no presente.

Referências

ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia de caçadores-coletores no Alto Vale do Itajaí**. Tese (Doutorado), Departamento de História. UFSC, Florianópolis, 2020.

BETARELLO, Juliana. Caracterização das tecnologias identificadas nas produções dos vestígios líticos de sítios arqueológicos no território Laklãnõ/Xokleng- Alto Vale do Itajaí. *In*: Machado, Juliana Salles. *ŪTõDénTxikabel Aqueles que contam histórias. Memória e território Laklãnõ(Xokleng)*. Relatório (Pós-Doutorado) FAPESP, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015.

BEZERRA, Márcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. **Habitus**, v. 1, n. 2, 2003.

BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 7, p. 107, 2013.

BRANDI, Rafael Alcântara. Arqueologia no Vale do Itajaí, SC: registros, revisões e hipóteses. *In*: Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB/Sul, 5, 2006. **Anais ...** Porto Alegre, [s.n], 2006.

BRUNO, Cristina. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**, v. 26/27, 2013/2014.

BUENO, Lucas. **Variabilidade tecnológica nos sítios líticos da região do Lajeado, médio rio Tocantins**. Tese (Doutorado), MAE/USP, 2005.

CABRAL, Mariana Petry; PEREIRA, Daiane; BEZERRA, Márcia. Patrimônio arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. **Patrimônio do Norte: Outros Olhares para a Gestão**, v. 38, 2018.

CORTELLETTI, Rafael. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – PARACA: um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

EBLE, Alroino B. Problemas arqueológicos da região do alto Vale do Itajaí. **Anais do Museu de Antropologia**, Universidade Federal de Santa Catarina, 1973.

EBLE, Alroino Baltazares, CATAMCCHIA, Maria C. Sítio Cerâmico Tupi-Gurani no Vale do Itajaí (SC-VI-69). *In: Anais do Museu de Antropologia*, ano 7, n.1, Florianópolis, 1974.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy. **Distribuição e padrão de assentamento**—propostas para os sítios da tradição umbu na encosta de Santa Catarina. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, fev. 2005.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades**. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v7i1.8635673>.

FONSECA, Jidean Raphael. **O conhecimento dos sábios sobre a cerâmica na terra indígena Xokleng/Laktlãõ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

ISNARDIS, Andrei. **Entre as pedras. As ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, 2009.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. *In* : ABENSOUR, Miguel, et al. **Tempo e história**. Companhia das Letras, São Paulo, p.201-204, 1994.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak. **Encontros**. Sérgio Cohn (org.) Rio de Janeiro. L Azougue, 2015.

LAVINA, RODRIGO. **Os Xokleng de Santa Catarina**: uma Etno-história e sugestões para os Arqueólogos. Dissertação (Mestrado) em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 1994.

LIMA, Tânia. A. **Arqueologia na construção da identidade nacional**: uma disciplina no fio da Navalha. *Canindé*, Xingó, n.9, p. 11-24, 2007.

LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana. **Uma nova política para um antigo acervo**: a redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 3, set./dez. 2020.

MACHADO, Juliana Salles; TSCHUCAMBANG, Copacãm; FONSECA, Jidean Raphael. **Stones, clay and people among the Laklãõ Xokleng indigenous people in Southern Brazil**. *Archaeologies*, v. 16, p. August, 2020.

MACHADO, Juliana Salles. Arqueologias Indígenas, os LaklãõXokleng e os objetos do pensar. **Revista de Arqueologia**, v. 30, p. 89, 2017.

MACHADO, Juliana Salles. Caminhos e Paradas. Perspectivas sobre o território Laklãõ (Xokleng). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, p. 179-196, 2016.

MACHADO, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia**, v. 26, p. 72-85, 2013.

MACHADO, Juliana Salles. ŨTÕDÉNTXIKABEL. Aqueles que contam histórias. **Memória e território Laklãõ (Xokleng)**. Relatório (Pós-Doutorado), FAPESP, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015.

MACHADO, Juliana Salles. **Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia**. *Bol. Mus. Pará. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 1, p. 57-70, jan. abr. 2009.

MATARRESSE, Alejandra. **O caminhar e as pedras**: estudo de matérias primas líticas de artefatos de abrasão e picoteamento do Alto Vale do Itajaí (SC). No prelo.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOELLI, Francisco S. A Ocupação Humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n.44, 0.218-269, dez./fev., 1999-2000.

NOELLI, Francisco S. Repensando os rótulos e a história dos Jê do Sul o Brasília partir de uma interpretação interdisciplinar. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 285-303, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OPITZ, Gabriela. **Community ways and historical paths**: a comparative study of socio-environmental change on the southern coast of Brazil (5000-600 BP). Projeto de Doutorado, Programa de Antropologia, Universidade de Stanford, 2021.

PATÉ, Osiel. **O contato descrito pelos Laktlãõ Xokleng, os descendentes de Kaingang e as trocas de costumes e saberes**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

PIAZZA, Walter F. Nota preliminar sobre o PRONAPA no estado de Santa Catarina. PRONAPA. Belém, Museu Goeldi, **Publicações Avulsas**, n. 6, 1967.

PIAZZA, Walter; EBLE, Alroino. Arqueologia do Vale do Itajaí. Sítio Cerâmico Rio Plate (SC-VI-19). **Blumenau em Cadernos**. TOMOIX, n.1, 1968.

PRIPRÁ, Walderes Coctá. **Lugares de acampamento e memória do povo Laktlãõ Xokleng**. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

REIS, Lucas Bond. **Para uma história Jê meridional na longa duração**: o contexto em Alfredo Wagner (SC) e a sua inserção regional. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, UFSC, 2015.

REIS, Lucas Bond; ALMEIDA, Fernando Silva de; BUENO, Lucas Reis. Entre 'estruturas e pontas': o contexto arqueológico do Alto Vale do Itajaí do Sul e o povoamento do Brasil meridional. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 13, n. 3, p. 597-623, set./dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300007>.

SANTOS, Sílvia Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Laklãnõ (Xokleng). Florianópolis: Edeme, 1973.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; ARNT, Fúlvio Vinícius; BEBER, Marcus Vinícius; ROSA, André Osório; Jairo Henrique. Taió no Vale do Rio Itajaí, SC: o encontro de antigos caçadores com as casas subterrâneas. São Leopoldo: Instituto Anchieta no de Pesquisas, **Pesquisas Antropologia**, n. 67, p. 185-320, 2009.

SCHLANGER, S.H. Recognizing persistent places in Anasazis element systems, In: ROSSIGNOL, J.; WANDSNIDER, L. (ed.). **Space, time and archaeological landscapes**: New York: Springer, 1992. p. 91-112.

SILVA, Fabíola A. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma Etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. **Revista do CEPA**, v. 23, n.30, p. 57-73, 1999.

SILVA, Fabíola A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 24-42, 2012.

SILVA, Fabíola A. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia**, v. 58, p. 143, 2015.

SILVA, Fabíola A.; BESPALAZ, Eduardo; STUCHI, F. F. Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. Amazônica: **Revista de Antropologia**, v. 3, p. 32-59, 2011.

TSCHUCAMBANG, Copacãm. **Artefatos arqueológicos no território Laklãnõ/Xokleng-Sc**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica),
Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

WICHERS, Camila. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre Museus, Sociedade e Patrimônio Arqueológico. **Revista de Arqueologia**, v.26/27, 2013/2014.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZEDEÑO, M.; BOWSER, B. The archaeology of Meaningful places. In: BOWSER, B.; ZEDEÑO, M. (ed.). **The archaeology of meaningful places**. [s. l]:The University of Utah Press, 2009.

Agradecimentos

A pesquisa de campo só foi possível pelo financiamento da FAPESP através de uma bolsa de pós-doutorado (Processo nº 12/23411-3), com apoio do MAE/USP, pelo prêmio Elisabete Anderle da Fundação Catarinense de Cultura, edição 2018, atribuído ao projeto "Territorialidades Ameríndias no Alto Vale do Itajaí: um olhar a partir da arqueologia, ecologia e paleontologia" com apoio do PPGH/UFSC, assim como o fundamental apoio institucional do MARQUE/UFSC pelos meandros das coleções arqueológicas. Agradeço aos Laklãnõ Xokleng, da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC e da TI Laklãnõ-Ibirama, pelo acolhimento, trocas e aprendizagens contínuas, desde o início.